

Apuração sobre ministros causa reação no Congresso

Relatórios enviados pela PF ao STF mencionam quatro magistrados, mas deixam de fora registros que poderiam indicar relações com Vorcaro. Corporação nega omissões, mas parlamentares cobram explicações de Andrei Rodrigues e do ministro da Justiça

» DANANDRA ROCHA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A PF, chefiada por Andrei (E), disse que a íntegra do material foi disponibilizada para o STF. Ministro Lima e Silva (D) é convocado pela Câmara

Os relatórios produzidos pela Polícia Federal (PF) sobre possíveis relações entre Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) passaram a ser alvo de novos questionamentos no Congresso. Os documentos teriam mencionado Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Kassio Nunes Marques e André Mendonça, mas deixado de fora diálogos, imagens e documentos que poderiam ajudar a esclarecer eventuais conexões entre o empresário e integrantes da Corte.

Ao todo, a Polícia Federal produziu 10 relatórios sobre menções a integrantes do Supremo. Seis foram arquivados pelo presidente da Corte, Edson Fachin, e quatro, encaminhados à Procuradoria-Geral da República (PGR) para análise de possíveis providências. Os documentos enviados ao órgão tratam de Moraes, Toffoli, Nunes Marques e Mendonça.

No caso de Moraes, por exemplo, o parecer não teria citado o contrato de R$ 131 milhões entre o Master e o escritório de advocacia da mulher do ministro, Viviane Barci de Moraes — como mostrou o Portal UOL.

A divulgação dos documentos provocou reações entre parlamentares que acompanham o caso. O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) — que pediu a audiência conjunta realizada no Senado na semana passada para ouvir o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, e o diretor da PF, Andrei Rodrigues — cobrou que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, examine o material e busque esclarecer as informações que não apareceram nos relatórios.

Em conversa com o **Correio**, Vieira afirmou que a ausência de fatos já conhecidos publicamente é inaceitável. "Fatos públicos e notórios não foram incluídos no relatório, de acordo com a imprensa. Isso é inaceitável, e o PGR tem a obrigação de buscar a realidade", declarou.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) elevou o tom das críticas à direção da Polícia Federal. Durante reunião da Comissão de Segurança Pública do Senado, ontem, ela defendeu o afastamento imediato de Andrei Rodrigues e afirmou que o chefe da corporação não teria cumprido o compromisso assumido na audiência da semana anterior.

De acordo com Damares, Rodrigues havia se comprometido a disponibilizar ao Supremo tanto os relatórios elaborados inicialmente pelos delegados afastados quanto as versões posteriores produzidas pela corporação (leia Entenda o caso).

A parlamentar disse que se sentiu enganada pela declarações dadas por Rodrigues ao Congresso e cobrou providências do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro Lima e Silva.

"Por mim, seria exonerado, mas, no mínimo, o afastamento, para que ele explique esse episódio lamentável de vir ao Congresso e mentir nessa mesa", afirmou Damares ao **Correio**. Ela questionou a ausência, nos documentos, de informações sobre o contrato de R$ 131 milhões entre o Master e o escritório de Viviane Barci de Moraes e sobre as mensagens atribuídas a Vorcaro e o ministro. E defendeu que a Comissão de Segurança Pública solicite acesso aos relatórios originais.

Visita

A movimentação da senadora ocorre paralelamente a outra iniciativa relacionada ao caso. Na segunda-feira, Damares pediu a Fachin autorização para visitar Vorcaro na prisão, em Brasília. Relatora da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) 1/2026, de autoria do senador Marcio Bittar (PL-AC), ela pretende conversar com o banqueiro para reunir informações sobre as operações investigadas e identificar possíveis falhas dos órgãos responsáveis pela fiscalização do sistema financeiro. Caso receba autorização, pretende ir acompanhada de outros senadores e consultores técnicos. Em uma segunda etapa, defende que Vorcaro preste depoimento público ao Senado.

Na Câmara, o presidente da Comissão de Segurança Pública, Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), também cobra explicações do ministro da Justiça. A comissão havia previsto uma audiência com Lima e Silva para ontem, mas o encontro foi cancelado.

Ao **Correio**, Bilynskyj afirmou que a participação de Lima e Silva havia sido transformada de convocação em convite a pedido do Ministério da Justiça. "Ele não veio, será convocado", frisou.

Em 18 de novembro, Andrei Rodrigues e Lima e Silva compareceram a uma audiência conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública do Senado para prestar esclarecimentos sobre o afastamento dos delegados. Na ocasião, o diretor-geral da PF atribuiu a mudança a uma quebra de confiança e sustentou que os documentos iniciais não observaram as orientações recebidas.

Em nota, ontem, a PF negou ter omitido informações. A corporação afirmou que os relatórios foram elaborados em cumprimento à determinação de Fachin, que ordenou o encaminhamento de todas as menções a ministros encontradas no celular de Vorcaro, acompanhadas de contexto e em caráter descritivo.

Conforme a corporação, análises investigativas e cruzamentos de dados "extrapolariam o escopo da ordem judicial". A instituição acrescentou que a íntegra do material extraído do aparelho foi disponibilizada à Presidência do STF, aos ministros que solicitaram acesso e à PGR.

Entenda o caso

Cobrança à corporação

Em outubro, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, determinou à Polícia Federal que produzisse relatórios descritivos sobre ministros da Corte com base no material extraído do celular do dono do Master, Daniel Vorcaro.

Os delegados Daniel Cola e Wedson Cajé elaboraram três relatórios. No dia seguinte, foram afastados das funções de chefia. Um dos motivos seria o fato de eles terem produzido os pareceres apenas sobre Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Kassio Nunes Marques. No entanto, conforme as revelações feitas até agora sobre a investigação do caso Master, há citações, também, a André Mendonça e Luiz Fux.

A PF decidiu, então, refazer os relatórios. Ao todo, a corporação entregou a Fachin 10 pareceres, dos quais o presidente do STF arquivou seis. Os outros quatro foram enviados à Procuradoria-Geral da República (PGR) para análise. O órgão decidirá se apresentará denúncia, cobrará novas diligências ou arquivará.

» Agora é convocação

A Comissão de Segurança Pública da Câmara aprovou, ontem, a convocação do ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, para prestar esclarecimentos sobre o afastamento dos delegados. A convocação obriga o chefe da pasta a comparecer ao colegiado. Parlamentares da oposição justificaram o pedido após Lima e Silva não atender ao convite para comparecer à sessão dessa terça-feira, sob a justificativa de que participaria de evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Bahia.

Marques relata ação contra Fachin

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF) foi sorteado relator de uma ação apresentada pela defesa de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, contra a atuação do presidente da Corte, Edson Fachin, na condução dos processos relacionados à instituição financeira liquidada pelo Banco Central. O mandado de segurança questiona a possibilidade de a Presidência da Corte assumir procedimentos que estão sob a relatoria de outro magistrado.

Protocolada na semana passada, a ação sustenta que o regimento interno do STF não permite que o presidente retire processos da responsabilidade do relator original nem tome decisões judiciais em investigações conduzidas por outro ministro. No caso, a relatoria dos procedimentos envolvendo o Master está vinculada a André Mendonça. Para os advogados, a atuação de Fachin ultrapassaria as atribuições previstas nas normas internas do tribunal.

A defesa também argumenta que, enquanto não houver uma redistribuição formal dos processos, eventuais medidas urgentes deveriam ser submetidas ao ministro mais antigo da Corte, Gilmar Mendes. Com esse entendimento, os advogados recorreram ao Supremo para contestar a condução adotada por Fachin e pedir que as regras regimentais sejam observadas. O sorteio de Kassio ocorreu na segunda-feira, mas o ministro ainda não se manifestou sobre o caso.

A escolha do relator ocorre em meio à repercussão de relatórios da Polícia Federal que reuniram referências a ministros do Supremo em materiais relacionados à investigação sobre Vorcaro. Nunes Marques está entre os magistrados mencionados nos documentos. As informações sobre ele foram encaminhadas à Procuradoria-Geral da República (PGR), que deverá avaliar se existem elementos para justificar a abertura de uma investigação.

Pedido de vista

O ministro também se declarou impedido de participar da análise, pelo plenário, de uma eventual investigação contra Alexandre de Moraes por causa de mensagens atribuídas ao magistrado e trocadas com Vorcaro. A discussão foi interrompida após um pedido de vista de Flávio Dino e ainda não teve conclusão.

Nunes Marques poderá, agora, avaliar se há algum impedimento ou suspeição para permanecer na relatoria da ação apresentada pela defesa do ex-banqueiro.

A controvérsia sobre a condução dos processos começou em setembro, quando Fachin assumiu os autos relacionados ao Banco Master em meio à crise institucional envolvendo o caso. A situação provocou um impasse sobre a análise de pedidos das defesas, uma vez que Mendonça continuava formalmente vinculado à relatoria.

Entre as solicitações estavam pedidos de revisão das prisões preventivas, cuja necessidade deve ser reavaliada a cada 90 dias. Na última sexta-feira, Fachin se manifestou sobre a situação de Vorcaro e decidiu manter a prisão preventiva do empresário.

Rosinei Coutinho/STF



Citado no caso Master, Nunes Marques poderá declarar suspeição